



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2016.0000633395**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1006001-03.2014.8.26.0322, da Comarca de Lins, em que é apelante TELEFÔNICA BRASIL SA, é apelado JOSÉ ELIFAZ ANEQUINI (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CAMPOS PETRONI (Presidente) e SERGIO ALFIERI.

São Paulo, 30 de agosto de 2016

**MOURÃO NETO**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Apelação n. 1006001-03.2014.8.26.0322

Voto n. 11.564

Comarca: Lins (3ª Vara Cível)  
Apelante: Telefônica Brasil S/A  
Apelado: José Elifaz Anequini

MM. Juiz: *Antonio Fernando Bittencourt Leão*

Civil e processual. Ação de reparação de danos morais decorrentes de acidente de trânsito. Sentença de procedência parcial. Pretensão à reforma manifestada pela ré.

Acidente de motocicleta provocado por fio telefônico. Ré que não se desincumbiu do ônus de provar que o fio não era de sua propriedade. Precedentes desta C. Corte.

Razões recursais genéricas em petição padronizada, que serve a qualquer caso.

Lesões corporais sofridas que caracterizam danos morais, in re ipsa. Indenização bem arbitrada e que, pois, não pode ser reduzida.

**RECURSO DESPROVIDO.**

**I –Relatório.**

Consoante a petição inicial e os documentos que a instruíram (fls. 1/22), o autor, ora apelado, instaurou esta ação indenizatória em face de ré, ora apelante, em razão de acidente de trânsito ocorrido em 21/12/2013.

Aduziu que conduzia sua motocicleta (marca Yamaha, modelo Fazer 250, placa DYT-9580) na rua Oscar Capela próximo ao cruzamento com a Avenida Wilson Lima, bairro Pazetto, em Lins (SP), quando teve a sua passagem interceptada por um cabo de telefonia da ré que estava pendurado/solto na via.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Esclarece que o fio telefônico provocou sua queda e graves lesões em seu pescoço que foram tratadas na Santa Casa de Misericórdia da Comarca de Lins e deixaram grande cicatriz (cf. fotografias de fls. 3/4).

Sustenta que permaneceu afastado do trabalho, ressaltando o fato de que poderia ter tido “sua cabeça decepada” em razão da omissão da ré.

Em decorrência dos fatos narrados, afirma a ocorrência de dano moral.

Com base nessa causa de pedir, o autor pediu a condenação da ré ao pagamento de indenização por dano moral, no montante estimado de 100 (cem) salários mínimos, equivalente a R\$ 72.240,00 (setenta e dois mil duzentos e quarenta reais).

Citada, a ré ofertou contestação, afirmando, preliminarmente, a tempestividade em razão da nulidade do ato citatório. No mais, sustentou a ausência de responsabilidade, ao argumento de que não há provas de que a fiação em questão seria de sua propriedade. Por fim, nega a ocorrência de dano moral (fls. 44/63).

Decorridos os trâmites processuais, sobreveio a sentença recorrida que julgou procedente em parte a demanda, condenando a ré ao pagamento de indenização por dano moral, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Demais disso, condenou a ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 15% (quinze por cento) do valor da condenação (fls. 171/174).

Neste recurso a empresa de telefonia sustenta, em síntese, a ausência de dano moral, postulando, subsidiariamente, a redução do *quantum* indenizatório (fls. 177/191).

Contrarrazões a fls. 206/215.

## II – Fundamentação.

O apelo, interposto sob a égide do Código de Processo Civil de 1973 (a sentença publicada – liberada nos autos digitais – em 21 de setembro de 2015), não comporta provimento.

A sentença recorrida, à luz das provas dos autos, reconheceu a responsabilidade da apelante pelo acidente sofrido pelo apelado e que lhe causou lesão corporal leve e, em consequência, dano moral, nos seguintes termos (fls. 172/173):

“O dano físico sofrido pelo autor ficou demonstrado de maneira irrefutável, sendo comprovado por meio de perícia médica, realizada pelo IML local (fls. 21) da qual consta que o acidentado ostenta escoriação linear de aproximadamente 01 centímetro de largura em toda a região cervical anterior, ao passo que as fotografias de fls. 3 e 4, mostram que o autor padece agora de uma cicatriz horrível, tomando quase toda a região anterior do seu pescoço e a lesão deve causar muito sofrimento ao jovem autor em seu cotidiano.

A prova é igualmente segura em demonstrar serem os fios que provocaram o acidente no autor de responsabilidade da empresa Telefônica. Informou com efeito a testemunha inquirida (fls. 150/4) que, no dia seguinte ao do acidente, funcionários da empresa compareceram no local e removeram o fio caído na via pública e, ademais, não trouxe a telefônica para os autos qualquer prova que permita conclusão diversa.

Não fosse o fio de responsabilidade da ré, com certeza, jamais iria retirá-lo de lá.

A ré tem responsabilidade objetiva pelos danos decorrentes de suas atividades, dentre as quais a queda de fio telefônico na via pública e que acarretam, por sua natureza, risco a terceiros, visto tratar-se de pessoa jurídica de direito privado, concessionária de serviço público.

Saliente-se, neste tocante, que é caso de responsabilidade objetiva e, por isso, desnecessário perquirir dolo ou culpa.

Patente que a cicatriz no pescoço do jovem autor ficou léguas de desistência de mero aborrecimento, vez que ocasionou-lhe dano estético, risco de morte e ofensa a sua integridade física, direito da personalidade protegido pelos artigos 11 e 12 do Código Civil e artigo 5º, X da Constituição Federal.”

E apelante pretende afastar a sua condenação ao pagamento de indenização por dano moral, limitando-se a tecer considerações genéricas, sem impugnar especificamente nenhum fundamento da sentença. Afirma, em síntese, que *“não agiu com culpa ou dolo para causar qualquer tipo de dano ao Recorrido, sendo assim inexistente nexo de causalidade com a conduta da Requerente e suposto dano suportado”* e *“o Recorrido sequer demonstrou ao longo do processo os danos supostamente sofridos, e de certo a ele compelia demonstrar os danos, vez que são danos meramente morais e cabe ao autor da ação suportar” (sic)* (fls. 182).

Como se vê, vale-se a apelante de petição padronizada, que serve a qualquer caso, de modo que tais alegações certamente não merecem prosperar.

Conforme consta do relatório da autoridade policial militar no Boletim de Ocorrência, o cabo de telefonia provocou ferimentos no autor (fls. 15).

Além disso, o depoimento da testemunha presencial Aparecida Errerias de Oliveira, confirma que o acidente foi provocado pelo fio telefônico e que no dia seguinte foi removido por prepostos da apelante, como bem observado na sentença (cf. fls. 150/154).

Ressalta-se que em vista da hipossuficiência técnica do autor, evidentemente era ônus da apelante alegar e comprovar que o cabo de telefonia não era seu (ou, mais precisamente, que o serviço de telefonia, no local, é explorado por outra concessionária), do que não se desincumbiu, por isso que se limitou a tecer considerações genéricas, a pretexto (equivocado) de que tal ônus seria do autor.

Nesse sentido, cumpre transcrever trecho do voto da relatoria

do eminente Desembargador Egidio Giacoia em caso análogo<sup>1</sup>:

*Note-se que, especialmente diante da inversão do ônus da prova já determinada, caberia à própria recorrente demonstrar que tal fio a ela não pertencia, o que não ocorreu.*

*No particular, bem observou o d. Magistrado: "Assim, deveria a requerida ter trazido aos autos documentação robusta para comprovar que o fio telefônico existente no local dos fatos não lhe pertencia e que era de propriedade de outra concessionária, tendo em vista que neste Estado a ré é responsável por mais de 50% das linhas fixas. Tal consiste em prova documenta e possível de ser realizada pela ré, a qualquer tempo. E, obedecendo à inversão do ônus da prova, tinha o dever de tê-la realizado" fls. 232.*

Embora não se considere, aqui, ser necessária a inversão do ônus da prova (regra de julgamento), este precedente calha à fiveleta.

Com efeito, cuida-se, sim, de apenas reconhecer que o ônus da prova, ordinário (sem inversão), era da ré, concessionária do serviço de telefonia, do que não se desincumbiu.

Não se pode deixar de lado, ainda, a teoria da carga dinâmica do ônus da prova, que também conduz à conclusão de que o ônus da prova era da ré, que muito facilmente poderia comprovar de quem era a propriedade do fio, bem ao contrário do autor, que para tanto não dispunha nem condições físicas (em razão das lesões experimentadas com o acidente) e nem, principalmente, técnicas, mesmo porque as questões técnicas relativas a serviços de telefonia quem as domina é a ré.

Portanto, na consideração de que a ré não deduziu alegações e

---

<sup>1</sup> Apelação n. 0019484-40.2012.8.26.0047, 3ª Câmara de Direito Privado, Des. Rel. Egidio Giacoia, j. 18/11/2015.

nem apresentou elementos de convicção específicos, hábeis a afastar a responsabilidade que, em princípio, é sua, de rigor se faz manter a sentença recorrida, que bem reconheceu o nexo causal entre omissão da ré e o dano sofrido pelo autor.

Vale, ainda, mencionar outro precedente proferido nesse sentido em caso análogo:

RESPONSABILIDADE CIVIL - *INDENIZAÇÃO-Acidentes* sofrido pelo autor provocado por *fiões telefônicos* caídos na via pública – Agravo retido não provido – Preliminares e razão do agravo que se confundem – Ilegitimidade ativa afastada e ilegitimidade passiva que se confunde com o mérito do recurso - Concessionária de serviço público – Responsabilidade fundada na omissão em providenciar a adequada conservação e manutenção da rede telefônica, decorrente do simples funcionamento defeituoso do serviço - Hipótese em que incontroversa a ocorrência do acidente e das lesões sofridas pelo autor – Legitimidade passiva caracterizada pela prova testemunhal e pela ausência de provas que os fios não pertenciam a apelante - Dano moral caracterizado - Indenização bem fixada, de forma a compensar adequadamente o autor do constrangimento imposto e evitar enriquecimento ilícito – Observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade – Sentença mantida – Recurso não providos. (Apelação n. 4003223-22.2013.8.26.0038, 5ª Câmara de Direito Privado, Des. Rel. Moreira Viegas, j. 19/5/2015).

Nesse contexto, agiu certo o Juízo *a quo* ao condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais, valendo anotar que a apelante, que decaiu da tese defensiva fundada em ausência de culpa e de responsabilidade, limita-se a afirmar genericamente a ausência de prova de sua responsabilidade e dos danos morais.

Nesse contexto, é de causa perplexidade a alegação da apelante no sentido de que *“no caso em tela, mostra-se evidente que o ocorrido foi um percalço que causou mero dissabor ao Recorrido, o que pode ser comprovado nas fotos juntadas*

*pelo Recorrido em sua exordial" (sic)(fls. 186).*

Conforme laudo médico pericial apresentado com a petição inicial o autor sofreu *"escoriação linear de aproximadamente 1 centímetro de largura em toda a região cervical anterior"* (fls. 21), conforme evidenciado pelas fotografias de fls. 3/4, não podendo deixar de ser considerado, demais disso, o dano moral que emerge do acidente em si considerado, isto é, ser um motociclista atingido, no pescoço, por fio de telefonia e assim arremessado ao solo juntamente com a motocicleta.

Desse modo, não merece reparo a sentença recorrida, considerando que a jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça afirma que lesões corporais decorrentes de acidente de trânsito geram, sim, danos morais, como se pode conferir nestes precedentes: (a) 3ª Turma – Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial n. 460.110/SC – Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva – Acórdão de 15 de maio de 2014, publicado no DJE de 22 de maio de 2014; e (b) 2ª Turma – Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial n. 477.138/MS – Relator Ministro Humberto Martins – Acórdão de 1º de abril de 2014, publicado no DJE de 7 de abril de 2014.

No mesmo sentido, deste E. Tribunal de Justiça: (a) 27ª Câmara de Direito Privado – Apelação n. 0039330-37.2006.8.26.0602 – Relator Gilberto Leme – Acórdão de 27 de novembro de 2012, publicado no DJE de 19 de dezembro de 2012; e (b) 10ª Câmara Extraordinária de Direito Privado – Apelação n. 0052404-02.2008.8.26.0114 – Relator César Lacerda – Acórdão de 2 de junho de 2014, publicado no DJE de 9 de junho de 2014.

Essa orientação é mesmo imperiosa, tendo em vista o próprio conceito de dano moral.

Para Yussef Said Cahali, ele *" é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial"*, enfatizando que ela pode ser



classificada como "*dor física – dor-sensação, como a denominada Carpenter – nascida de uma lesão material*" ou "*dor moral – dor-sentimento, de causa imaterial*" (Dano moral. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. Página 28).

E conforme Antônio Jeová Santos, "*o que configura o dano moral é aquela alteração no bem-estar psicofísico do indivíduo*". Assim, "*se do ato de outra pessoa resultar alteração desfavorável, aquela dor profunda que causa modificações no estado anímico, aí está o início da busca do dano moral*" (Dano moral indenizável. 4ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. Páginas 94/95).

No que se refere especificamente ao *quantum* indenizatório, Rui Stoco ensina que "*questão verdadeiramente angustiante continua sendo o estabelecimento do quantum do dano moral, considerando que, ao contrário do dano material – que se afere em função do dano emergente (aquilo que efetivamente se perdeu) e do lucro cessante (aquilo que se deixou de ganhar) e, portanto, mostra-se matematicamente aferível –, não traduz um desfalque ao patrimônio, nem diminuição alguma*" (Tratado de responsabilidade civil. 9ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. Tomo II, página 991).

Adiante, o autor ensina que a tendência moderna "*é a aplicação do binômio punição e compensação, ou seja, a incidência da teoria do valor do desestímulo (caráter punitivo da sanção pecuniária) juntamente com a teoria da compensação, visando destinar à vítima uma soma que compense o dano moral sofrido*", acrescentando que "*parte da doutrina também faz menção ao binômio punição e prevenção, como Caio Mário, Carlos Alberto Bittar, Sergio Cavaliheri Filho e Antônio Jeová Santos*" (obra citada, página 993).

No caso concreto, considerando-se o caráter dúplice da indenização (pedagógico e compensatório), assim como o acidente em si e respectivas consequências, e sem deixar de lado a gravidade da conduta da ré

---

<sup>2</sup> Registre-se que é mais adequado falar em caráter pedagógico e não em caráter punitivo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

(que expõe pessoas a risco de morte, a depender da velocidade em que trafegam), afigura-se muito bem arbitrada a indenização em R\$ 20.000,00.

Se a mera restrição creditícia em banco de dados de proteção ao crédito tem ensejado indenizações em torno de R\$ 10.000,00, parece claro que, no caso concreto, R\$ 20.000,00 bem podem ser havidos por módicos.

III – Conclusão.

Diante do exposto, nega-se provimento ao recurso.

MOURÃO NETO  
Relator